

## Governo não cansa de buscar mecanismos para enfraquecer a representatividade dos trabalhadores

O Governo Federal não cansa de buscar mecanismos que venha a prejudicar os trabalhadores.

Aliado desse projeto que massacra a categoria, o presidente da Câmara o deputado federal, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criou, no último dia 5 de fevereiro, a comissão especial que vai examinar e votar o mérito da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 196/19, do deputado Marcelo Ramos (PL-AM), que altera o artigo 8º da Constituição para tratar da Reforma Sindical.

### Tramites da PEC na Câmara

Esse Ato da Mesa assinado pelo presidente da Câmara é o 1º passo. O 2º, agora, é a indicação, pelos líderes partidários, dos deputados que irão compor a comissão especial. Uma vez indicados, o 3º passo é a instalação da comissão que vai examinar o mérito da proposta.

A intenção da Presidência da Câmara é instalar o colegiado na próxima semana. A seu turno, a instalação ocorre com a eleição do presidente da Mesa Diretora dos trabalhos da comissão especial, que por sua vez indica o relator da proposição.

Após a instalação da comissão especial, inicia-se prazo de 40 sessões do plenário da Câmara, mais ou menos 60 dias, para análise do mérito da proposta, sendo as 10 primeiras para emendas.

Para a apresentação de emendas ao texto, estas já podem ser de mérito, são necessários 1/3 de apoio dos deputados, ou seja, 171 deputados. Após votação na comissão especial a matéria segue para análise do plenário da Casa.

### Plenário

Em plenário (3ª e 4ª etapas), inicia-se a discussão da matéria com a leitura do parecer. O relator da proposta pode acatar emendas aglutinativas, com base nas emendas já apresentadas anteriormente na comissão especial. A votação da matéria se dará em 2 turnos com intervalo de 5 sessões entre uma e outra.

Para aprovar o texto, são necessários no mínimo 308 votos favoráveis, em cada turno de votação.

### Entenda as proposições da PEC 196/19

A proposta, extremamente maléfica para os trabalhadores, entre outros pontos, acaba com a unicidade sindical. Atualmente a Constituição veda a criação de mais de uma organização sindical representativa de categoria profissional ou econômica na mesma base territorial, que não pode ser inferior à área de um município.

Sendo aprovada a PEC, o texto determina que o sindicato só poderá representar uma classe

se tiver um determinado percentual mínimo de filiados.

A proposta irresponsável também retira do Estado a condição de chancelador de sindicatos. Atualmente, todo o processo de constituição de um sindicato é regulado pela Secretaria do Trabalho, vinculada ao Ministério da Economia.

Segundo a proposta, a chancela passará a ser do Conselho Nacional de Organização Sindical, formado por seis representantes das organizações de trabalhadores (centrais sindicais, confederações, federações e sindicatos) e seis das confederações de empregadores (confederações, federações e sindicatos).

Se aprovadas, as novas regras valerão para a organização de entidades sindicais rurais, excluídas as colônias de pescadores, hoje previstas na Constituição. Também é assegurado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical e à negociação coletiva.

Com informações extraídas do Diap e da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).



## Baile dos

# INDIGNADOS

O Sindsep/MA através da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, realizará no dia 16 de fevereiro, o Baile dos Indignados, comemorando os 30 anos da entidade. O evento vai acontecer na Aserma, das 13 às 18h, com a animação da Banda os Trapaceiros e o Bloco Tradicional Kambalacho do Ritmo.

## Secretário-geral intima servidores: 'Vamos responder Guedes nas ruas'



O principal ato de preparação para a Greve Geral de 18 de março, em defesa dos serviços públicos e contra as privatizações, lotou o auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira, 12. Parlamentares e representantes de centrais sindicais fizeram falas contra a política de desmonte do ministro Paulo Guedes e em solidariedade à greve dos petroleiros. As mobilizações dos trabalhadores da Casa da Moeda, Dataprev, Correios e Serpro, empresas públicas também ameaçadas, foram aplaudidas pelos presentes. A programação do ato político continua à tarde com seminários sobre funcionalismo público.

"Estamos aqui em um dia histórico de unidade da classe trabalhadora, de todas as centrais, do movimento sindical, do movimento social, de parlamentares comprometidos com os servidores do serviço público, nessa iniciativa em defesa dos serviços públicos", disse o Secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva. Para o dirigente, hoje é um dia histórico, em que trabalhadores lotaram o maior auditório do Congresso Nacional. "Essa é a preparação para a Greve Geral em defesa dos serviços públicos. Esse ministro



atrevido quer atribuir aos servidores o que ele é, um parasita. Nós vamos responder a ele [Paulo Guedes] nas ruas, na greve, na mobilização. Nos aguardem!", bradou Silva.

### Unidade

Coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, a deputada federal Alice Portugal (PCdoB-BA) abriu os trabalhos na manhã desta quarta-feira de luta. "Nós sabemos a dureza que foi lutar para o reconhecimento de nossos sindicatos, para transformar associações recreativas em sindicatos e estabelecer a representação dos servidores. Nós precisamos ter unidade. Não podemos perder as

conquistas, os concursos, os serviços públicos que estão sendo ameaçados", declarou a parlamentar.

Servidor há 27 anos, o senador Fabiano Contarato (REDE-ES) disse ter orgulho de sua categoria e repudiou a fala do ministro Paulo Guedes. "Foi um ato de violência chamar de parasita aquela auxiliar de enfermagem que cuida dos nossos familiares internados; chama de parasita aquele bombeiro que é um verdadeiro herói; aquele policial, os carteiros. Chama essas pessoas de parasitas e enaltece os banqueiros. Parasitas são os banqueiros e os empresários", falou Contarato com indignação.

Fonte: Condsef